

ESTADO DE SÃO PAULO

SEXTA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 1989

O ESTADO DE S. PAULO ECONOMIA

& NEGÓCIOS

Dinheira & T Amato sugere moratória até eleição

Suspensão negociada
seria para evitar
repetição, aqui,
da crise argentina

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, sugeriu ontem a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa até as eleições, para evitar o colapso da economia. A suspensão poderia ser adotada, segundo o empresário, com base em negociações com as instituições financeiras internacionais, para impedir a repetição, no Brasil, da crise argentina.

Os recursos que o País deixaria de enviar ao Exterior, pela proposta de Amato, deveriam ser aplicados no financiamento da construção de casas populares, atividade com retorno social bastante rápido, pelos empregos que oferece.

Amato disse também que os empresários estão muito preocupados com a evolução acelerada dos índices de inflação e propôs a adoção imediata de medidas corretivas. Recomendou, por exemplo, a criação de um título do governo para que os importadores

e exportadores possam voltar a fazer operações de **hedge** e se proteger das incertezas cambiais (maxidesvalorizações). A diferença entre as taxas de câmbio oficial e no paralelo, na opinião de Amato, está causando grave distorção no mercado: as importações ficaram atrativas e as exportações estão deixando de ser um bom negócio.

ARMADURA NA ECONOMIA

Com o lançamento do novo título, importadores e exportadores seriam beneficiados e o governo teria maior mobilidade na sua política cambial, além de obter recursos para financiar a dívida interna. Amato disse que a economia está atualmente "envolta numa armadura" que, associada à insegurança, pode colocar em risco o equilíbrio das forças de mercado.

A preocupação com a repetição da crise argentina no Brasil já mobilizou até os bispos da América Latina. Na última reunião da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), na semana passada, no México, os bispos decidiram pressionar o governo dos Estados Unidos para que a dívida passe a ter um novo tratamento. A Igreja norte-americana vai liderar uma ampla mobilização popular nesse sentido.

O medo de uma crise como a da Argentina também levou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e mais 15 entidades a estudar uma ação na Justiça para anular os acordos da dívida externa assinados pelas autoridades brasileiras, sob o argumento de que são inconstitucionais porque não tiveram o prévio aval do Congresso Nacional.

Reunião da entidade sobre a dívida